RIOS, Gilvando Sá Leitão - O Que é Coooperativismo, São Paulo, Brasiliense, 1987, 69 pp.

A editora Brasiliense, através da Coleção Primeiros Passos, tem trazido ao público, principalmente universitários, uma série de questões atuais com temas que realmente suscitam o debate.

A obra em análise foi escrita pelo cientista social pernambucano Gilvando Rios, cuja fundamentação sobre o cooperativismo repousam num estágio realizado em 1964, no Kibutz de Ga'ash, em Israel.

O seu trabalho está centralizado na diferenciação das classes, cujos conceitos foram estabelecidos a partir de uma pesquisa publicada em 1979, sob o título de "Cooperativas Agrícolas no Nordeste Brasileiro e Mudanças Sociais", em João Pessoa, pela editora Universitária, da UFPB. Naquela oportunidade, o Autor chegou à conclusão de que a integração dos cooperados no sistema cooperativo, relaciona-se com o seu nível sócio-econômico, ou seja, a participação do associado nas atividades da cooperativa, está na razão direta da estratificação social: os estratos inferiores tendem a participar menos da cooperativa e vice-versa.

Logo no início, o Autor chama a atencão para a conceituação de cooperativismo, segundo o qual, não só o termo, mas também a experiência cooperativista é tida como a possível solução para todos os problemas econômicos, onde "tanto na produção agrícola moderna como na agricultura de subsistência, o cooperativismo é considerado como um instrumento adequado" (9).

Ao tratar do surgimento do cooperativismo distingue dois enfoques: o primeiro como movimento operário, quer seja reagindo à exploração, quer seja visando ajuda mútua (Ligas Camponesas, em Pernambuco e Kibutz, em Israel); o segundo como iniciativa das elites, principalmente no Brasil, onde "o aparente caráter reformista do movimento se esgota nas pretensões de modernização agrícola". (25)

Ao analisar os tipos de cooperativa dá mais destaque às cooperativas de produção agrícola, quer seja pelo fato de ser mais difundida em termos de êxito, ou mesmo por sua experiência pessoal num Kibutz. Sobre as cooperativas de serviços agrícolas distingue três aspectos: uma melhor remuneração dos agricultores ao escaparem da dominação dos comerciantes; a distribuição das vendas ao longo do ano; e os efeitos da comercialização sobre a qualidade dos produtos. (40)

As demais cooperativas selecionadas na exposição foram; de produção industrial, de consumo, de pesca, de crédito, e superficialmente refere-se às cooperativas de segundo grau.

A questão mais polêmica da obra refere-se ao seu posicionamento quanto à ideologia que norteia o movimento cooperativista, tanto é que dividiu o capítulo em ideologia conservadora e ideologia renovadora.

Segundo o Autor, dentro da ideologia conservadora, "o cooperativismo 'decalcado', copiado do figurino formal europeu, não é exatamente sua cópia, como toda imitação, é uma caricatura". E vai mais além, quando diz "este cooperativismo de 'macaqueação' compreende um aspecto aparentemente inofensivo e inócuo, folclórico mesmo: a chamada doutrina". (47) Esta sua posição demonstra a forma como percebe o distanciamento entre a doutrina e a prática cooperativista.

Continuando sua análise sobre a ideologia conservadora, discute a terminologia da "doutrina cooperativa" e "teoria", segundo o qual, "a doutrina cooperativa é uma falsa teoria, na medida em que consiste num corpo de princípios abstratos, sem referência a situações históricas concretas e de classes. Não interfere, pois com a prática, não a enriquece, nem a contesta". (51)

Quando discorre sobre o cooperativismo elitista, fundamenta-se na pesquisa inicialmente citada, em cujos levantamentos ficou comprovado que entre os critérios utilizados para escolha dos candidatos à direção das cooperativas, o que pesa mais, diz respeito a uma boa referência bancária e patrimônio para avalizar os empréstimos da cooperativa, e um dos que pesa menos é o critério de aprovação dos associados.

O Autor posiciona-se favoravelmente a um cooperativismo informal, dentro de uma ideologia renovadora, onde o cooperativismo " não legalizado, mas bem real" foi exemplificado pelas experiências de camponeses do Maranhão, de Tefé (AM) e dos índios Kiriri, da Bahia.

A sua adesão ao cooperativismo informal parte do princípio que as bases estão numa perspectiva socialista não estatizante e não totalitária, mas, participativa e democrática. (65)

O Autor conclui o seu trabalho reforcando o início, isto é, reafirmando que as características básicas da organizacão cooperativa são: "propriedade social dos meios de produção; gestão democrática desses meios; e orientação da producão em funcão das necessidades humanas" (repartição cooperativa) (65)

O trabalho de Gilvando Rios se constitui na análise de um dos problemas mais polêmicos que existe, que é a questão do "sucesso" de uma cooperativa. De acordo com o ponto de vista por ele abordado, como interpretar o êxito ou o fracasso de uma cooperativa?

Enfim, trata-se de uma obra crítica destinada à discussão, diante da problemática levantada.

Maria das Graças do Lago Borges
Professora de Geografia da UFRN e
Mestranda em Geografia na UFS